

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Camilo: opção discreta a Lula em 2026?

Ensaio à esquerda envolvem Camilo Santana

Há uma situação que hoje é ponto de concordância para a maioria dos analistas políticos. Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por alguma razão, não for candidato à reeleição, o quadro da sucessão em 2026 ficará completamente aberto. A inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro tem feito surgirem diversos ensaios de candidatura à direita, hoje fragmentada. Mas

o cientista político Isaac Jordão enxerga ensaios semelhantes também à esquerda. Mais discretos, porque ninguém ousa confrontar Lula. Ao Correio Político, Isaac Jordão sugere que, nesse sentido, se preste atenção nos movimentos do ministro da Educação, Camilo Santana. Para o cientista político, Camilo trabalha para se colocar como opção, dentro da disputa interna.

Disputa

No caso, essa disputa interna se dá no PT entre os grupos do Sul, especialmente os paulistas, e os nordestinos. De um modo geral, os nordestinos são mais pragmáticos, mais abertos a alianças. E têm obtido resultados melhores que o PT do Sul, especialmente de São Paulo.

Prefeito

No ano passado, Camilo Santana elegeu o único prefeito de capital do PT, Evandro Leitão, em Fortaleza. Sobressaiu-se, assim, junto a outros petistas nordestinos fortes, como o ministro Wellington Dias, no Piauí, ou a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Crise do Pix desgastou Fernando Haddad

Educação pode ser área mais fácil que Fazenda

A crise do Pix envolve diretamente o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que saiu desgastado. Na reunião ministerial na segunda-feira (20), Lula acabou puxando indiretamente a orelha de Haddad. Com temas complicados como inflação, taxa de juros, dólar, arcabouço fiscal, novos desgastes podem atrapalhar Had-

dad. A educação, área de Camilo, pode se tornar seara mais fácil. Jordão observa que o ministro talvez tenha assumido uma das pastas com situação inicial mais precária, pelo desmonte que houve no governo Bolsonaro. Mas tem conseguido avanços. O programa Pé de Meia é, talvez, a entrega mais visível do atual governo.

Pé de Meia

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou no ano passado irregularidades com o Pé de Meia, porque repasses teriam sido feitos sem previsão orçamentária. Para Isaac Jordão, não seriam problemas insalváveis. O programa ainda pode virar um bom ativo.

Bolsonaro

Para Isaac Jordão, Bolsonaro tentará em 2026 usar a mesma estratégia usada por Lula em 2018, quando permaneceu enquanto pôde na disputa só abrindo mão para Fernando Haddad no último momento. "Creio que ele só se define em meados de 2026", acha.

Lula

Claro, Camilo Santana não irá se mexer de forma explícita porque a precedência sempre será de Lula. Mas, no fundo, é uma situação semelhante à que enfrenta a direita. Nomes do campo têm se mexido de forma mais explícita, mas dependem do aval de Jair Bolsonaro.

Centro

E o centro, nesse quadro de indefinição, também pode fazer seus próprios ensaios? Isaac Jordão considera mais improvável. "O centro não costuma lançar candidatos", observa. Opta por vender seus apoios. Uma forma, de "ser governo sem ter a responsabilidade".

Lula faz reunião para rearrumar governo

Ministros terão de ter aval do Planalto para publicarem portarias

Por Gabriela Gallo

Faltando duas semanas para o retorno das atividades parlamentares no Congresso Nacional, nesta segunda-feira (20) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realizou a primeira reunião ministerial do ano. No encontro, já visando a corrida presidencial do próximo ano, o presidente enfatizou que "2026 já começou" e que a forma do governo se promover para o próximo pleito é "trabalhando".

"Daqui para a frente a gente não pode inventar mais nada. Daqui para a frente a gente vai ter que colher tudo aquilo que nós semeamos. Nós temos que ter certeza que tudo aquilo que nós semeamos, que tudo aqui que anunciamos vai aparecer. [...] Nós não podemos falhar, nós não temos o direito de falhar", ressaltou Lula na abertura do encontro.

Diante das últimas polêmicas envolvendo mudanças sobre o Pix, que o governo teve que voltar atrás diante de uma forte repercussão negativa sobre o caso, o presidente da República anunciou que, a partir de agora, portarias e demais medidas dos ministérios precisarão primeiro passar pelo crivo do Planalto.

"Daqui para a frente, nenhum ministro vai poder fazer portaria que depois crie confusão para nós, sem que essa portaria passe pela Presidência da República, pela Casa Civil. Muitas vezes a gente pensa que não é nada de mais, mas alguém faz uma portaria, faz um negócio qualquer, daqui a pouco arrebita e vem cair na Presidência da República", ressaltou Lula.

Apesar de não ter que citado nomes, o recado foi claramente direcionado ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já que a polêmica da portaria do Pix foi no seu ministério, mais especificamente na Receita Federal. Na última



Lula aos ministros: "Não temos o direito de falhar"

semana, o governo revogou uma decisão de que instituições financeiras e empresas de pagamentos teriam de informar à Receita sobre movimentações mensais acima de R\$ 5 mil para pessoas físicas e R\$ 15 mil para pessoas jurídicas. O Executivo desistiu da mudança após forte pressão repercussão negativa, com notícias falsas de que o Pix passaria a ser taxado e especulações de quebras de sigilo bancário e financeiro. O recuo do governo foi criticado, inclusive por aliados.

Lula ainda destacou que os novos desafios do governo para este ano serão a Cúpula do Brics, bloco econômico que reúne Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e outros países – o Brasil sediará a cúpula como presidente do grupo em 2025 – e a 30ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), que acontecerá em novembro em Belém (PA). Lula destacou que ambos os encontros serão "a cara do Brasil no exterior".

Alimentos

Durante a reunião, o presidente ainda destacou que uma das prioridades do governo precisa ser a queda no preço dos alimentos. São os alimentos que estão pressionando a inflação, que terminou o ano em 4,83%, acima do teto da meta. "Todo ministro sabe que os alimentos estão caros e é uma tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do povo trabalhador, da dona de casa, na mesa do povo brasileiro, em condições compatíveis com o salário que ele ganha", destacou.

Em 2024, os preços de alimentos considerados básicos para a cesta básica nacional (como arroz, açúcar e carnes) enfrentaram um aumento nacional. Um dos fatores que influenciaram os reajustes foi o aumento do dólar, em dezembro de 2024. Porém, ao Correio da Manhã, segundo o professor de Macroeconomia do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Benito Salomão, há outros fatores

que tiveram influência. "Como houve um movimento em dezembro no dólar muito agudo, as pessoas tendem a sintetizar explicações exclusivamente nisso, mas não é só o dólar. Foi um ano difícil, do ponto de vista da agricultura, com secas, estiagem longa e quebra de safra, especialmente na região Centro-Oeste, que é a nova fronteira agrícola do país", explicou.

"Também houve um elemento de demanda que pode estar influenciando esses preços. Com o mercado de trabalho aquecido, salários reais em alta, o poder de consumo do trabalhador vem aumentando nos últimos dois anos, é natural que também tenha algum efeito sobre o preço de alimentos. Então eu acredito que fatores como o clima, as enchentes no Rio Grande do Sul, a estiagem no Centro-Oeste e no Norte do país, somado a esses elementos de demanda, podem estar explicando melhor esse comportamento do preço dos alimentos nessa atual conjuntura", completou o economista.

Rui Costa: centralidade nas decisões e nos anúncios

Da Redação

Após o encontro, que ocorreu na Residência Oficial da Granja do Torto, em Brasília, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, falou à imprensa sobre alguns dos pontos abordados e comentou a declaração do próprio presidente, que durante a abertura da reunião, pela manhã, disse que todas as portarias e normas editadas pelos ministérios deveriam passar pelo crivo da Presidência da República, através da Casa Civil.

"Independentemente de qual seja o instrumento, se instrução normativa, portaria ou decreto, é importante, em qualquer medida de governo, em qualquer ministério, que a gente tenha uma centralidade nas decisões e nos anúncios", afirmou.

"Até porque o ministro Sidônio [Palmeira, da Secom], que está assumindo agora o governo, corretamente diz que é preciso, nesse mundo de alta velocidade da comunicação, que a informação organizada chegue primeiro à população, antes de chegar a mentira, antes de chegar a desinformação", completou Rui Costa.

Plano

A ideia, segundo ele, é que qualquer medida que gere impacto em políticas públicas

Wilson Dias/Agência Brasil



Decisões passarão por plano de governo, diz Rui Costa

seja precedida de um plano de comunicação que antecipe as explicações das mudanças para a população.

Não haverá uma mudança formal de fluxo, como a publicação de norma jurídica, mas haverá uma mudança no fluxo de decisões políticas sobre as ações de todas as pastas e órgãos do governo.

"Definitivamente não podemos permitir que a mentira prevaleça sobre a verdade", insistiu Rui Costa.

Na semana passada, diante da onda de fake news em torno de uma atualização na fiscalização do Pix, por decisão do Pa-

lácio do Planalto, a Receita Federal revogou o ato normativo que estendeu o monitoramento das transações aos bancos digitais, fintechs e instituições de pagamento. No lugar, o governo editou medida provisória (MP) para proibir a cobrança diferenciada por transações em Pix e em dinheiro.

Reforma ministerial

Questionado sobre uma reforma ministerial, o ministro-chefe da Casa Civil disse que é uma decisão que cabe ao presidente e pode ser feita a qualquer momento. "Ele está refletindo e, portanto,

não há previsão nem data de início nem data de fim de uma reforma ministerial", afirmou.

Rui Costa reforçou que o foco da reunião desta segunda foi discutir metas a serem atingidas ao longo de 2025. "Vai ser o ano das entregas, de ganhar materialidade e consolidar tudo o que foi feito, para que a população tenha a nítida percepção do que foi feito em termos de país. Cada ministro e ministra terá sua meta de entrega para 2025".

Ainda sobre o engajamento dos ministros, Rui Costa comentou outra declaração de Lula durante a abertura da reunião, quando cobrou empenho dos auxiliares no diálogo com as bancadas e com os partidos que compõem a base de apoio do governo.

"Nós estamos tratando de política e os ministros são agentes políticos, não só agentes administrativos e, portanto, ele [Lula] deseja que os ministros dialoguem muito com suas bancadas, com seus partidos para que isso tudo faça parte do que estamos chamando de percepção por parte da população", disse.

Pedro Rafael Vilela (Agência Brasil)